

Uso do FAT para oferta de crédito tem chance de aprovação

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Projeto de lei para permitir que cooperativas de crédito, bancos estaduais e agências de desenvolvimento possam usar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fornecer crédito rural e para micro e pequenas empresas tem alta chance de aprovação, segundo levantamento do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

A proposta está pautada para votação esta semana, com parecer favorável, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O texto já passou pelo Senado em 2012 e, caso aprovado, segue direto para sanção presidencial, sem passar pelo plenário.

O projeto que abre o leque de instituições que podem recorrer ao

FAT como lastro para empréstimos, hoje restritos aos bancos oficiais federais, como a Caixa Econômica Federal, é um dos 65 com impacto econômico que estão na pauta de plenário ou terminativa nas comissões do Congresso Nacional. A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

Se sancionada a proposta, os bancos estaduais oficiais, agências de desenvolvimento, bancos de desenvolvimento, bancos cooperativos, confederações e centrais cooperativas de crédito terão direito de usar o dinheiro. Essas instituições oferecerão como garantia títulos do Tesouro Nacional ou outro caução a ser definido pelo órgão gestor do FAT.

As cooperativas têm outro projeto de interesse na pauta terminativa da CCJ esta semana, também com alta probabilidade de aprovação nos próximos seis meses,

para permitir que atuem como substitutas em processos judiciais de seus associados.

Já no plenário da Câmara há três propostas com alta chance de virarem leis: a inclusão automática dos consumidores nos cadastros positivos de crédito, a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de celular em presídios, com uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), e a delegação para as assembleias legislativas da decisão sobre criação de novos municípios, o que pode criar até 400 novas cidades pelo país.

Não há nenhum projeto com chance maior que média de virar lei na pauta do Senado.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Carreiras demais

Tem razão o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, quando afirma que a reforma administrativa do Estado é tão necessária quanto a da Previdência para controlar as despesas federais.

Na ausência de ambas, a União em breve se converterá em mera administradora de folhas de salários e aposentadorias, sem capacidade de investir. Gastos obrigatórios, encabeçados por aqueles com pessoal e benefícios, já absorvem cerca de 80% do Orçamento (excluídos os encargos da dívida).

Nos governos estaduais e municipais, o quadro muitas vezes se mostra ainda pior, como evidenciam os exemplos de salários atrasados e colapso dos serviços.

Se propostas genéricas de redução dos dispêndios públicos encontram apoio mais geral na sociedade, o cenário se altera quando se detalham as medidas necessárias.

Não surpreende que assim aconteça. Entre os grupos de interesse mais poderosos e vocais estão justamente as corporações do funcionalismo, cuja influência se faz notar em administrações de diferentes partidos e ideologias.

Desde a gestão petista, pródiga em contratações e reajustes salariais para agradar a sua base sindical, até o fraco governo Michel Temer (MDB), que majorou

vencimentos de forma irresponsável na tentativa de comprar sua sustentação política, o fato é que os custos da alta burocracia nacional vão se tornando inviáveis.

A estabilidade no emprego, ampla em demasia, constitui obstáculo às tentativas de impor critérios de eficiência à gestão. A garantia se justifica apenas em casos de categorias típicas de Estado, como proteção contra ingerências espúrias.

Os elevados salários iniciais destoam dos adotados na iniciativa privada. Com regras de progressão desvinculadas do mérito e de avaliação de qualidade na entrega de serviços para a população, a máquina governamental fica cada vez menos administrável.

Vai na direção correta, portanto, o plano oficial para rever essa estrutura. As mudanças sugeridas, que ficarão para o próximo governo, incluem reduzir o número de carreiras —são mais de 300— e facilitar a cessão de servidores entre os órgãos, além de maior alinhamento com o que se paga no mercado.

Cerca de 40% da renda nacional transita pelo setor público, que precisa entregar o seu quinhão em termos de produtividade. Não se trata de um conceito abstrato ou financista, como querem os interessados em manter o statu quo; o que está em jogo é viabilizar o avanço em áreas vitais como saúde, educação e segurança.

Ferrovias vão substituir rodovias, diz ministro

Julio Wiziack e
Angela Boldrini

BRASÍLIA O governo Michel Temer lançou nesta segunda-feira (2) o PNL (Plano Nacional de Logística), que, se levado adiante pelo próximo presidente, poderá gerar economia de até R\$ 54,7 bilhões por ano a partir de 2025.

“É um plano que define os gargalos dos modais brasileiros e traz soluções para o Brasil avançar, principalmente nas ferrovias, para, em sete anos, ultrapassarmos o transporte nas rodovias em 100%”, disse Ronaldo Fonseca, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O PNL cruza diversos bancos de dados para definir as obras de infraestrutura prioritárias para reduzir gargalos do tráfego de cargas.

Como antecipou a *Folha*, o plano foi aprovado na reuni-

ão do conselho do PPI (Programa de Parceria de Investimentos) desta segunda.

Para implementá-lo, Temer assinou um decreto dando peso de lei ao plano e criando um comitê de governança que definirá as prioridades de investimento.

Farão parte do comitê representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, os ministros de Transporte, Minas e Energia, Agricultura, Meio Ambiente, Planejamento e Casa Civil e a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), responsável pela parte técnica do programa.

Assessores de Temer afirmam que, na prática, o plano dificultará investimentos em obras de cunho eleitoral.

Segundo eles, o próximo presidente poderá, via comitê, interferir na ordem das obras do PNL, mas não poderá sozinho decidir que obras

entram na lista, que será feita pela EPL com base em cálculos a partir de dezenas de bases de dados já integradas.

Se o presidente quiser incluir uma obra fora do PNL para agradar aliados, ele deverá registrar em ata, expondo o teor político da decisão.

Para mudar o funcionamento do programa e do comitê, será preciso baixar outra lei.

A ideia do governo foi dar ao PNL o mesmo peso do Plano Decenal de Energia Elétrica, definido pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Na área de energia, um comitê interministerial conhecido como CNPE define as diretrizes do setor que passam a nortear investimentos públicos e privados.

A primeira etapa do PNL se estende até 2025 e está em andamento. Caso o próximo presidente mantenha o cronograma de obras, haverá uma redu-





ção de R\$ 54,7 bilhões dos custos de transporte até lá, sem considerar o preço do frete — que poderá cair no período.

Hoje, esse custo é de R\$ 342 bilhões e compromete a competitividade dos produtos brasileiros destinados à exportação.

Se o plano seguir a rota planejada, até 2025, a dependência de rodovias cairá dos atuais 64% de participação do volume de cargas para 50%.

Essa diferença, de acordo com o PNL, será praticamente incorporada pelas ferrovias, que saltam de 18% de participação para 31%.

Na reunião do PPI, foram incluídos 14 novos projetos que, se concretizados, deverão gerar R\$ 100 bilhões em investimentos. Dentre eles estão dez lotes de linhas de transmissão, novos lotes de exploração de petróleo no pré-sal, e as BRs 153, 282 e 470.

BNDES pode antecipar em até 20 anos pagamento de dívida com o Tesouro

Negociação. Banco recebeu durante as gestões petistas empréstimos de mais de R\$ 500 bilhões, com vencimento em 2060, para bancar a política de ‘campeãs nacionais’; governo federal negocia para que a dívida seja totalmente quitada até 2045

Adriana Fernandes

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está próximo de fechar um acordo com o governo federal que pode antecipar em 20 anos o pagamento dos empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Uma das alternativas prevê a devolução de cerca de R\$ 25 bilhões por ano até 2040.

A outra opção é antecipar o pagamento em 15 anos, até 2045. A avaliação no governo é que o acerto de um cronograma fixo de pagamento representará uma “página virada” na fase de dependência do banco de recursos do Tesouro. Os empréstimos do Tesouro ao BNDES, que passaram de R\$ 500 bilhões, bancaram a política de estímulo ao crescimento econômico via

financiamento a empresas de setores específicos, com taxas de juros muito abaixo do mercado e subsidiadas.

Essa política ficou conhecida como “campeãs nacionais”. A negociação do cronograma com o governo envolve um montante de cerca de R\$ 250 bilhões de dívida do banco com a União que vence até 2060. Esse valor não considera a devolução de outros R\$ 70 bilhões, que ficou acertada com o Ministério da Fazenda de ser feita até o final deste ano, mas que poderá ser adiada para 2019. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, isso está na mesa de negociação e a decisão deve ser fechada ainda neste mês.

O governo contava com esses recursos para garantir o cumprimento, em 2018, da “regra de ouro” – norma, prevista na Constituição, que impede a emissão de dívida pelo Tesouro para pagar despesas correntes do Orçamento, como o salário dos servidores. Como a alta do dólar vai elevar o lucro do Banco Central neste ano e esse valor será transferido à União, a devolução do BNDES deixou de ser tão urgente em 2018. Uma fonte envolvida nas negociações informou que a negociação com o BNDES vai dar mais velocidade

à quitação dos empréstimos e ajudar na redução da dívida bruta do País.

A vantagem para o governo é acertar um prazo definitivo de pagamento e dar uma sinalização do novo tamanho do banco, que já começou a restringir sua atuação e emprestar menos. Ao ter de fazer pagamentos anuais para o Tesouro, o BNDES deverá reduzir os desembolsos para o equivalente a, no máximo, 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano. Esse percentual já foi de 2%. A previsão não leva em conta novas captações que o banco venha a fazer – política que a instituição pretender reforçar.

Recentemente, o BNDES fez uma captação no mercado de R\$ 1,7 bilhão, com demanda que superou em dez vezes a oferta. No banco, porém, ainda há resistência em fechar um cronograma por conta da preocupação com a capacidade futura do banco na oferta de crédito.

Na mesa.

A proposta com maior chance de ser aprovada é a de pagamento até 2040, que prevê um limitador de 6% para a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) de correção dos empréstimos por ano.





Nesse caso, os juros não poderão ser maiores do que esse valor. O que ultrapassar será acumulado e capitalizado no final do período, em 2040. Na outra opção, com pagamento até 2045, não há limitador dos juros. A fixação de um cronograma para a devolução de recursos do BNDES ao Tesouro já havia sido recomendada pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público com o TCU.

O processo, porém, ainda não foi julgado em plenário. Segundo apurou a reportagem, mesmo que

o BNDES e o Tesouro se antecipem na definição desse cronograma, a discussão do assunto entre os ministros é considerada necessária para que o TCU firme um entendimento sobre as emissões feitas no passado, que não passaram pelo Orçamento.

Sem uma posição firme da Corte de contas sobre a irregularidade dessas operações, como defende a área técnica, não haverá impedimento a um próximo governo que queira repetir a prática, emitindo dívida para turbinar o crédito dos bancos públicos.

DEVOLUÇÃO

● **BNDES já repassou R\$ 238,9 bilhões ao Tesouro Nacional por meio de antecipações desde 2015**

Pagamentos

EM BILHÕES DE REAIS



O BNDES ESTUDA FAZER UM REPASSE EXTRA

Caso seja feito, ainda restarão **R\$ 250 bilhões** a pagar ao Tesouro

* EM DUAS PARCELAS

FONTE: BNDES

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Projeto congela salário de servidores

Proposta do senador Dalírio Beber (PSDB-SC) prevê uma economia de R\$ 6 bilhões com o adiamento do reajuste no ano que vem

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O relator do projeto de lei que estabelece as diretrizes para o Orçamento do ano que vem, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), propôs congelar salários de servidores públicos federais em 2019. A economia seria de R\$ 6 bilhões com o adiamento dos reajustes de servidores civis. Caso incluía os militares, subiria a R\$ 11 bilhões. O Estadão/Broadcast apurou que a medida tem apoio da equipe econômica. Os gastos com pessoal representam hoje a segunda maior despesa primária do Orçamento, atrás do pagamento de aposentadorias e pensões.

A folha de salários da União deve custar R\$ 302,5 bilhões em 2018. Um reajuste, ainda que no mesmo patamar da inflação, elevaria as despesas em R\$ 10,6 bilhões, diz o parecer do relator. A ideia é vetar a aprovação de “todo e qualquer” aumento salarial durante o ano que vem,

mesmo que a proposta seja de reajuste escalonado. A trava evita a repetição do episódio que marcou o início do governo do presidente Michel Temer, que ignorou os alertas e manteve os acordos negociados por sua antecessora, Dilma Rousseff.

Recém-empossado, Temer deu aval a aumentos salariais a diversas carreiras, apesar do discurso de ajuste fiscal. Depois, o presidente até tentou adiar os reajustes programados para 2018 e 2019, mas não teve apoio do Congresso e acabou sendo impedido pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, que deu liminar suspendendo a medida. A proposta do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não atinge essas carreiras com reajuste garantido para 2019, apenas proíbe novas negociações.

No entanto, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse em abril, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que a intenção é tentar novamente adiar essa despesa para o início de 2020. O presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores da Receita, Claudio Damasceno,

disse que a categoria vai trabalhar para que a proposta não seja aprovada. “Há prejuízo muito grande para os servidores.” A LDO define as regras para a elaboração do Orçamento da União, e o parecer de Beber ainda será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

Depois disso, será votado pelo plenário do Congresso e, em seguida, será enviado para sanção do presidente. Beber demonstrou otimismo com a aprovação dessas restrições pelo Congresso, mas disse que o próximo presidente poderá propor flexibilizações caso considere que há espaço no Orçamento. “Não queremos criar uma expectativa de que hoje tem gordura e receita para fazer isso (conceder aumentos).

O quadro é grave”, disse. A proposta do senador é congelar também os valores de benefícios, como auxílio-moradia e auxílio-alimentação, e vedar a criação de cargos, empregos e funções no ano que vem. Terão reposição de servidores apenas as áreas de educação, saúde, segurança pública e defesa.